



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Ministro busca diálogo com gaúchos sobre dívidas

Em Porto Alegre, André de Paula evitou anunciar medidas concretas, mas reconheceu dificuldade de acesso ao crédito

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Em sua primeira agenda oficial no Rio Grande do Sul desde que assumiu o Ministério da Agricultura e Pecuária, o ministro André de Paula adotou um discurso de aproximação com o agro gaúcho e buscou sinalizar disposição ao diálogo em meio à pressão crescente do setor por uma solução para o endividamento rural. A passagem por Porto Alegre ocorreu em um momento de forte desgaste entre o governo federal e parte do agronegócio gaúcho, após sucessivos ciclos de estiagem e as enchentes de 2024 agravarem a situação financeira dos produtores.

Aproveitando a presença do ministro no Estado, o Sistema Ocergs articulou um almoço com representantes do agro gaúcho para apresentar formalmente suas demandas e reforçar a pressão por medidas de renegociação das dívidas. Participaram representantes da Farsul, Fetag-RS, FecoAgro e da Secretaria da Agricultura do Estado. Nas manifestações durante o encontro, as entidades convergiram no diagnóstico de que a crise do agro gaúcho deixou de ser conjuntural e passou a comprometer estruturalmente a renda e a capacidade de pagamento dos produtores.

O presidente da Ocergs, Darci Hartmann, afirmou que “as dificuldades bateram no teto” e defendeu soluções que

avancem além da renegociação das dívidas.

“Não é só o problema do endividamento. Nós temos que buscar soluções também para o futuro, que é a questão do crédito, do custo do crédito e da subvenção dos seguros”, disse.

Hartmann também entregou ao ministro um documento com propostas voltadas à resiliência climática, incluindo: linhas de crédito diferenciadas para recuperação de solos; fortalecimento do seguro rural e integração entre crédito; seguro e assistência técnica.

Representando a Fetag-RS, Eugênio Zanetti reconheceu medidas já adotadas pelo governo federal, mas avaliou que elas ainda não produziram os efeitos esperados. “A gente percebe que os agricultores seguem com alto grau de endividamento”, afirmou. Zanetti também criticou a fragilidade das políticas de mitigação de risco.

“O Proagro foi sucateado, e o primeiro lugar onde a gente tem corte é sempre na subvenção do seguro rural”, disse. O diretor financeiro da Farsul, José Alcindo de Souza Ávila afirmou que o produtor gaúcho enfrenta uma situação econômica insustentável após sucessivos ciclos de perdas climáticas.

“Se nós pegarmos cinco anos e meio de atividade, foram três anos e meio de frustração. Nós não vamos encontrar nenhuma empresa que consiga trabalhar

assim”, declarou.

Já o presidente da FecoAgro, Adriano Borghetti, chamou atenção para a pressão financeira sobre as cooperativas agropecuárias. “As cooperativas ajudaram os produtores, mas não é papel das cooperativas fazer concessão de crédito”, afirmou.

Ao responder às entidades e posteriormente à imprensa, André de Paula reconheceu que o endividamento rural e o acesso ao crédito estão hoje entre os principais desafios do ministério. Sem anunciar medidas concretas, afirmou que o tema vem sendo discutido entre Agricultura, Fazenda e Casa Civil e buscou transmitir percepção de sensibilidade do governo em relação à situação enfrentada pelos produtores.

“Há sensibilidade do governo para construir uma coisa muito positiva, levando em conta a gravidade desse momento”, disse. Por mais de uma vez, o ministro afirmou que a principal preocupação do governo hoje não é apenas o tamanho do Plano Safra 2026/2027, mas a capacidade de o produtor rural conseguir acessar os recursos.

“Talvez tão importante, ou até mais importante, do que um volume robusto de recursos seja habilitar o produtor rural a esse crédito”, afirmou. Segundo o ministro, o atual nível de endividamento e as taxas de juros dificultam o acesso às linhas de financiamento. “Se o ‘cara’ está



Ministro André de Paula (em pé) participou de almoço na sede da Ocergs

endividado, ele não pode fazer face ao crédito”, disse.

A fala foi interpretada por lideranças presentes como um reconhecimento de que parte significativa dos produtores pode não conseguir acessar o próximo Plano Safra sem uma solução prévia para as dívidas acumuladas.

O encontro também evidenciou uma tentativa de distensão política entre o governo federal e setores do agro gaúcho, historicamente alinhados à oposição. André de Paula adotou tom conciliador e buscou se apresentar como interlocutor do setor dentro do governo.

“O que é um ministro da Agricultura? Um advogado que o presidente escolhe para defender o setor da economia que representa”, afirmou. O ministro declarou ainda que não tem

“nenhum acanhamento” para divergir internamente de outros ministros em defesa das pautas do agro.

“Eu vou fazer todo o possível para ser o advogado mais competente do setor”, disse.

Mais cedo, durante evento de balanço das ações implementadas ao longo de dois anos após as enchentes no Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite pediu a prorrogação da suspensão da dívida com a União para investir em projetos de irrigação e combater as estiagens que comprometem a atividade agropecuária e a economia gaúcha. A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, afirmou que a decisão exige análise técnica, mas confirmou que o governo recebeu a documentação encaminhada pelo Estado e seguirá discutindo o tema.

Entidades do agro admitem acordo sem Fundo do Pré-Sal no endividamento rural

Nos bastidores da visita do ministro da Agricultura, André de Paula, a Porto Alegre, nesta quinta-feira, lideranças do agro gaúcho demonstraram percepção de que as negociações sobre

o endividamento rural começam a avançar para uma solução intermediária entre o governo federal e as entidades do setor.

O principal ponto de divergência segue sendo o PL

5.122/2023, defendido por parlamentares da bancada ruralista e entidades do agronegócio, que prevê o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiar a securitização das dívidas rurais acumuladas após sucessivas estiagens e as enchentes de 2024.

O governo federal resiste ao modelo e apresentou uma contraproposta alternativa, considerada insuficiente por parte do setor. Ainda assim, dirigentes ouvidos pelo Jornal do Comércio indicaram disposição para negociar outro formato, desde que haja melhora nas condições financeiras oferecidas aos produtores.

Entre os principais pontos defendidos pelas entidades es-

tão: redução das taxas de juros; ampliação dos prazos de pagamento; redução ou eliminação das entradas exigidas nas renegociações.

Atualmente, a proposta em discussão prevê entrada de 10% para produtores adimplentes e 20% para inadimplentes. O presidente do Sistema Ocergs, Darci Hartmann, ponderou que, caso haja avanço nesses pontos, talvez nem seja necessária a utilização dos recursos do Fundo do Pré-Sal.

A avaliação entre lideranças presentes no encontro é de que o governo percebeu o desgaste político crescente da crise do agro no Rio Grande do Sul e, por isso, passou a intensificar as negociações. Ao mesmo tempo, repre-

sentantes das entidades avaliam que manter apenas o confronto entre propostas pode inviabilizar qualquer solução prática para os produtores.

Dirigentes presentes ao encontro também demonstraram preocupação com a radicalização política do debate em torno da crise do agro gaúcho. A percepção entre parte das lideranças é de que há setores interessados em prolongar o desgaste entre governo federal e produtores em função do ambiente eleitoral. Por isso, representantes de cooperativas e entidades passaram a defender a construção conjunta de uma alternativa negociada que permita destravar o diálogo e evitar agravamento da crise financeira no campo.



Entidades defendem solução negociada para evitar o agravamento da crise